

A RELAÇÃO ENTRE BASE, SUPERESTRUTURA E CONSCIÊNCIA SOCIAL EM MARX

LAWRENCE ESTIVALET DE MELLO

Mestre e Doutorando em Direito pelo PPGD/UFPR (Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná). Bolsista da CAPES. Pesquisador do Núcleo de Pesquisa Direito Cooperativo e Cidadania (PPGD/UFPR).

MARIA DE MELLO MALTA

Doutora em Economia pela Universidade Federal Fluminense (2005). Professora Associada da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), nos cursos de graduação de Economia e de Gestão Pública, bem como no Programa de Pós-graduação em História da Ciência e da Tecnologia e Epistemologia (HCTE) e no Programa de pós-graduação em Economia. É Pró-reitora da Extensão da UFRJ e Coordenadora do Laboratório de Estudos Marxistas (LEMA).

Resumo

Este trabalho apresenta uma defesa da posição de Marx, no Prefácio de 1857 da *Contribuição à Crítica da Economia Política*, sobre a relação entre base econômica, superestrutura jurídica e política e consciência social. Para tanto, retoma os fundamentos do materialismo histórico, como o conceito de história e a noção de autonomia relativa do Estado. A análise permite a compreensão do Prefácio como símile explicativo para uma complexa relação social.

Palavras-chave: Marx; base; superestrutura; consciência social.

Abstract

This paper presents a defense of Marx's position, in the Preface of 1857 of *A Contribution to the Critique of Political Economy*, about the relation between economic base, legal and political superstructure and social consciousness. Therefore, retakes the fundamentals of historical materialism, as the concept of history and the notion of relative autonomy of the State. The analysis allows understanding the Preface as explanatory companion for a complex social relation.

Keywords: Marx; base; superstructure; social consciousness.

1. Introdução

A tradição marxista apresenta denso e didático instrumental teórico para a compreensão das relações humanas. Carrega um duplo compromisso: por um lado, garantir que as análises sociais sejam rigorosas e, portanto, o mais próximas da verdade sobre as situações concretas; por outro lado, não separar o “científico” do “político”, compreendendo a verdade como instrumento da classe trabalhadora para o cotidiano de suas lutas.

É dizer: se o conhecimento é instrumento, ele precisa ser a um só tempo verdadeiro e acessível. Os explorados vivem sob a hegemonia da classe dominante, que administra ideologias e molda consciências. Ainda mais, vivem sob a égide do trabalho alienado, que ocupa grande parte de seu tempo, em que as maiores preocupações são comer, morar, vestir etc.

O conhecimento, assim, deve ser possível mesmo para quem tem pouco tempo para o estudo, sem receio de utilização de metáforas e mediações didáticas. Deve, igualmente, conferir possibilidade de vitórias concretas para aqueles que lutam. Nesse sentido, o fundamento do compromisso com a verdade é, também, um compromisso com a práxis política e suas demandas.

Atento a essas considerações, o presente

trabalho objetiva apresentar uma defesa da posição de Marx, no Prefácio de 1857, sobre a relação entre base, superestrutura e consciência social.

Para tanto, contextualiza a noção de história e de Estado nas obras de Marx, com apoio na visão de Thompson, em “Algumas observações sobre classe e ‘falsa consciência’” e em “Modos de dominação e revoluções na Inglaterra”, ambos artigos disponíveis na coletânea *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos* (2012). Depois, caminha, para a posição de Mészáros, em “Estrutura Social e Formas de Consciência II” (2011), de que se trata de uma metáfora, símile explicativo para uma complexa relação social.

2. História e Estado em Marx

A presente seção oferece uma visão sobre o método em Marx. Recorre, para tanto, às obras em que o autor discorre, mais diretamente, sobre acontecimentos históricos e políticos, o que faz sem prescindir de reflexões filosóficas. Da mesma forma, suas reflexões econômicas são permeadas de historicização, evitando a mecanização do pensamento.

Desse modo, (a) recorre-se ao preenchimento dos deslocamentos ocorridos no pensamento do autor, em especial a partir da obra *A Ideologia Alemã*. A seguir, (b) tecem-se breves

considerações sobre o entendimento de episódios concernentes ao golpe de Luis Bonaparte, sintetizados na obra *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*¹. Por fim, (c) busca-se analisar como a tradição marxista, em especial a partir de Thompson, deu tratamento à problemática da história e do método.

Em *A Ideologia Alemã*, Marx afirma que a história seria a única ciência verdadeira do homem. Trabalha um conceito de história: materialista e histórico-dialética. Isto é: nem apenas idealista, em crítica aos jovens hegelianos de direita, nem apenas empírica ou conservadora com o que já existia na realidade, em crítica a Feuerbach.

Pois é sabido que Marx sofria mutuamente a influência de Hegel e de Feuerbach, isto é, do idealismo alemão e de seus críticos à esquerda, sendo Feuerbach e seu materialismo naturalista um interlocutor privilegiado. É na dialética entre essas diferentes posições, e também no acerto de contas com elas, que é fundado o materialismo histórico. Brevemente, contextualizam-se essas posições a seguir.

Feuerbach, autor de *A essência do Cristianismo*, afirma que a religião é uma consciência invertida, um produto humano; isto é, que Deus é produto dos homens, que buscam na sua figura um “homem perfeito” ou um “homem autêntico”. Nessa esteira, como um dos principais críticos a Hegel e, em especial, um dos críticos hegelianos que mais influenciou Marx, foi um duro crítico

da filosofia do *espírito absoluto*².

De Hegel e principalmente de seus seguidores à direita, como Bruno Bauer, Marx rejeita a ideia de que a consciência gera o ser. Para essa tradição hegeliana, uma consciência, um espírito governa o mundo; aliena-se, exterioriza-se, não se reconhece no mundo. Dialeticamente, ainda assim, toma consciência dos momentos constitutivos da lógica do pensamento. Ou seja, a história é a história dessa odisséia do espírito, na busca pela liberdade, que é seu *telos*. Marx, em *A Sagrada Família*, critica essa concepção de *autoconsciência infinita*:

A história não faz nada. A história não possui nenhuma riqueza imensa. A história não luta nenhum tipo de luta. Quem faz tudo isso, quem possui e luta é o homem, o homem real que vive. Não é por certo a história que utiliza o homem como meio pra alcançar os seus fins, como se se tratasse de uma pessoa à parte. A história não é senão a atividade do homem que persegue seus objetivos. (MARX & ENGELS, 2003, p. III).

Mais do que criticar, entretanto, o autor alemão apresenta uma outra concepção de história.

Com efeito, uma concepção que surge no interior das contradições do movimento operário francês, a partir da crítica e autocrítica justamente de sua antiga fundamentação em Hegel e Feuerbach ou, ainda, no surgimento das condições de aparição do proletariado como classe³.

Cabe destacar que um ponto forte de *A Ideologia Alemã* é apresentar, pela primeira vez, a categoria *modo de produção*. Essa categoria será chave para o entendimento da política (e da esfera do político), visto que, em um primeiro momento, o âmbito político apresentava-se como contestatório às estruturas feudais e, num segundo, conservador do modo de produção capitalista já desenvolvido.

Em outras palavras, eram as condições de *acumulação primitiva do capital* que apresentavam maior ou menor protagonismo do político em determinada localidade. Entretanto, como aponta Emir Sader (1993), desde o momento *imperialista* do capitalismo, e nesse sentido também do desenvolvimento desigual e combinado na era da mundialização do capital, o político volta a ter um protagonismo maior mesmo em países cujas condições de acumulação primitiva já foram cumpridas. Lênin, nesse sentido, aponta a necessidade do avanço das lutas meramente econômicas para, também, as políticas⁴.

Para tanto, é mister negar-se, por um lado, um certo *apriorismo da consciência*⁵ e, por outro, a *lógica formal*⁶. Trata-se de defender, com Marx, uma concepção de história que nega a atividade intelectual em monólogo e também a contemplação benevolente. Isto é, nega Hegel e nega Feuerbach, mas nega-os superando-os: para o pensamento se realizar, precisa saltar para fora do seu casulo e interferir na realidade⁷, efetivar-se.

Perceba-se, portanto, que Marx e Engels possuem uma teoria do desenvolvimento histórico, materialista e dialética. Nela, destacam-se (i) a primazia do econômico e (ii) diferenciação entre essência e aparência.

Na análise política do fenômeno do bonapartismo, pode-se suscitar uma série de concepções acerca do âmbito do político para Marx⁸. Dentre elas, destacamos seu combate firme tanto contra o politicismo quanto contra o mecanicismo. Entendendo-se politicismo como a análise do âmbito do político como completamente autônomo ao econômico, a crítica de Marx a respeito da *fraternité* como “político independente das classes sociais” demonstra sua posição:

A frase que correspondia a esta imaginária abolição das relações de classe era a *fraternité*, a confraternização e a fraternidade universal. Esta idílica abstração dos antagonismos de classe, esta conciliação sentimental dos interesses de classe contraditórios, este imaginário elevar-se acima da luta de classes, esta *fraternité* foi, de fato, a palavra de ordem da Revolução de Fevereiro. As classes estavam separadas por um simples *equivoco*, e Lamartine batizou o governo provisório, a 24 de fevereiro, de um governo que suspendeu o mal-entendido terrível que existe entre as diferentes classes. (MARX, 1986, p. 61)

Ainda assim, não é autorizada por essa leitura que se veja “classe” e “Estado” sem uma autonomia relativa. É como afirma Codato:

A cena política francesa de 1848 a 1851 é o palco da luta entre as classes sociais antagônicas, por um lado, e as classes e frações dominantes, por outro, pela conquista, aumento ou consolidação de sua influência política respectiva sobre as instituições do Estado. Essa é, sem dúvida, uma visão na qual “Estado” e “classe” constituem pólos autônomos de uma mesma relação. (CODATO & PERISSINOTTO, 2013, p. 24).

Nesse sentido, se a abolição imaginária das classes sociais para a análise do político é uma forma de mascarar o que efetivamente ocorre no âmbito das contradições do real⁹, igualmente equivocado seria entender o político como mero reflexo da estrutura de contradições entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção.

Veja-se que o Estado, em um primeiro momento, foi reforçado, ampliado e centralizado para garantir domínio direto da burguesia. Após, para garantir domínio indireto. No domínio direto, a própria burguesia representava a si mesma na arena política e no Estado. Entretanto, apesar de mover-se relativamente autônoma no âmbito do político, em determinado momento a autonomia do político lhe ameaçou o domínio econômico: chegado esse ponto, a burguesia abre mão do domínio político, aceitando o golpe de Luis Bonaparte¹⁰.

Não foi pequena a literatura que buscou responder à crítica ao “materialismo vulgar”, que enxerga de forma mecanicista a relação entre

estrutura e superestrutura. Parte dos autores que responderam a essa questão, na tradição marxista, buscaram voltar ao próprio Marx, em especial nas obras históricas, apresentando comentários à sua obra. Outra parte adquiriu uma amplitude teórica diferenciada, ultrapassando os comentários e apresentando contribuições, com elementos concretos de análise e pesquisa particulares, em alguma medida até mesmo ultrapassando Marx, embora permanecendo no interior de sua tradição.

Em dois artigos, já citados na introdução deste trabalho, Thompson apresenta contribuições para a polêmica da relação entre economia e direito e, em especial, da importância do método historiográfico para a correta apreensão dessa relação, conforme se passa a expor. Antes, porém, retome-se o prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política, de Marx:

As relações jurídicas bem como as formas de Estado não podem ser explicadas por si mesmas, nem pela chamada evolução geral do espírito humano; estas relações têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais de existência, em sua totalidade. (MARX, 1983, pp. 232-233).

Assim, para entender o direito, é necessário ir às raízes do direito, às suas condições materiais de existência, à análise da totalidade. Trata-se, como Codato analisa, de demarcar o materialismo da análise, isto é, da necessidade de enxergar a superestrutura não como algo que explica a si mesma, mas como algo que faz parte de

uma sociedade em que os homens existem e vivem. Veja-se:

Em outras palavras, não partimos do que os homens dizem, imaginam e representam, tampouco do que eles são nas palavras, no pensamento, na imaginação e na representação dos outros, para depois se chegar aos homens de carne e osso; mas partimos dos homens em sua atividade real, é a partir de seu processo de vida real que representamos também o desenvolvimento dos reflexos e das repercussões ideológicas desse processo vital. (MARX, 2002, p. 19).

É justamente essa relação entre economia e direito, entre base e superestrutura, que leva Emir Sader a concluir que o Estado é de classe, mas não é reflexo da classe. Retomando a análise do *18 Brumário*, assim expõe:

O Estado bonapartista é um Estado de classe, para Marx, bem como todos os tipos possíveis de Estado. Porém, Estado de classe quer dizer Estado de uma sociedade dividida em classes; nesta se encontram as raízes do seu caráter classista [...]. Assim, quando Marx diz que Estado é instrumento das classes dominantes, não está afirmando que é a posse do Estado que lhe dá esse caráter, mas sim que, porque são classes dominantes, o Estado, enquanto preserva as relações sociais que lhe favorecem, funciona como instrumento seu. (SADER, 1993, p. III).

É a partir dessas problematizações iniciais que se entende poder passar a Thompson. O autor inglês, que teve em grande parte de suas sínteses teóricas um indisfarçado teor de polemização com leituras estruturalistas – em especial,

derivadas de Perry Anderson e Althusser –, possui uma série de reflexões sobre classe, consciência de classe, relação base-superestrutura, importância da cultura, entre outros, em especial em relação à formação da classe operária na Inglaterra. Nos limites do proposto nessa reflexão, é importante destacar alguns elementos essenciais.

Em um primeiro momento, destaque-se que, para Thompson, é essencial a noção de “experiência”. Para ele, a noção de classe não é algo que possa ser derivado de um modelo categorial estático. Pelo contrário, emerge de fenômenos históricos, no interior dos quais as pessoas se comportam, repetidamente, de modo classista.

É dizer: (a) o fenômeno histórico concreto deve prevalecer aos pressupostos teóricos abstratos; (b) visualiza-se uma certa regularidade de respostas em situações análogas; e (c) pode-se observar o nascer de instituições e de uma cultura com traços de classe (THOMPSON, 2012, p. 270).

Entender a classe, nesse sentido, como um fenômeno histórico, não impossibilita de utilizá-la como uma categoria heurística, embora esse uso possua dificuldades. Entretanto, é o estudo do conflito, das contradições, da luta de classes, em seu sentido dialético, que permite observar o movimento, e não o estático. Isto é, entende-se a classe sempre no interior da noção de luta de classes. É como afirma:

As classes não existem como entidades separadas

que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se veem numa sociedade estruturada de um certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta da sua consciência de classe. Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real. Mas se adotarmos uma concepção estática da categoria de classe, ou se fizermos descender esse nosso conceito de um modelo teórico preliminar de totalidade estrutural, não procederemos assim, pois estaremos subentendendo que a classe está presente desde o início como um resultado de relações de produção, daí derivando a luta de classes. (*ibidem*, p. 274).

Nem por isso se pode entender que Thompson seja culturalista ou que pense a formação de classe independente de determinações objetivas, como simples fenômeno cultural ou algo semelhante. Entretanto, o exame das determinações objetivas não leva à equação, simples, de que exista uma consciência de classe. Nas palavras de Thompson, “a classe se delinea segundo o modo como homens e mulheres vivem suas relações de produção e segundo a experiência de suas situações determinadas, no interior do ‘conjunto de suas relações sociais’” (*ibidem*, p. 277, grifos adicionados).

Com essa importância dada à experiência, o autor chega à crítica que faz da ideia de separação dualista, ao invés de unidade dialética, entre base e superestrutura¹². Para Thompson, parte da historiografia marxista distorceu o exame da classe segundo as categorias de “base” e “superestrutura”, como conceitos primário e derivado, bem como na diferenciação entre “classe em si” e “classe para si”, esta localizada na superestrutura, aquela no nível de base. Segundo Thompson, esses dualismos geram uma espécie de platonismo em Marx:

Essa teoria pode dar lugar a uma teoria das classes que evoca Platão, pois oferece um modelo de desenvolvimento por etapas da formação da classe com o qual a história deveria conformar-se e, caso a evidência se oponha, ou se corta a parte válida ou se introduz a “falsa consciência”. (*ibidem*, p. 278).

Sobre o etapismo e o platonismo visualizados por Thompson na noção de falsa consciência, é importante ressaltar uma situação em relação à qual o autor entende poder ser funcional a noção de “falsa consciência”. Trata-se de uma acepção mais limitada, em que a palavra consciência pode indicar a política ou a estratégia dominante, conduzida por organizações, na relação entre as classes. É nesse sentido, restritivo, que ideologia pode ser pensada como algo consciente que induz a uma “falsa consciência”, no sentido de “ilusões”. Isto é, no sentido estritamente ideológico, o conceito parece operar de

maneira historicamente pontual e muitas vezes apropriada. Ainda assim,

Não podemos ir além, pensando que, se essas ilusões fossem superadas, se, enfim, a consciência fosse “desmistificada”, daí emergiria uma “verdadeira” consciência, da qual poderíamos extrair, conforme um modelo platônico dissimulado, um projeto daquilo que a consciência deveria ser [...]. Para dar mais um exemplo, os intelectuais sonham amiúde com uma classe que seja como uma motocicleta cujo assento esteja vazio. Saltando sobre ele, assumem a direção, pois têm a verdadeira teoria. Essa é uma ilusão característica, é a “falsa consciência” da burguesia intelectual. Mas, quando semelhantes conceitos dominam a inteira intelligentsia, podemos falar de “falsa consciência”? Ao contrário, tais conceitos terminam por ser muito cômodos para ela. (*ibidem*, pp. 280-281).

Por exemplo, a análise concreta da experiência da classe operária inglesa, em sua “história sem rupturas”, leva Thompson a algumas conclusões acerca do papel do Estado e da esfera do direito. Na história da Inglaterra, tem-se um movimento pelo qual a pressão de baixo é contida no alto, absorvida, conduzindo a uma modificação na estrutura, seguida por nova pressão de baixo. Assim, a forma de dominação da *gentry* e sua relação com a plebe impedem uma concepção de que os aparelhos jurídicos e do Estado sejam simples “instrumentos”, flexíveis, inanimados, das vontades da burguesia. E conclui:

O modo particular de dominação da burguesia implicava um Estado frágil e, por consequência, um grande poder da plebe, da arraia-miúda.

Dizer que o direito pode ser compreendido como autoridade do Estado repressivo pouco ajuda a compreender o contexto particular observado na Inglaterra do século XVIII. O direito era também uma retórica: definia a imagem que certos elementos da classe dominante faziam de si mesmos, uma imagem profundamente interiorizada. [...] Sem dúvida, o exercício da lei era iníquo e obedecia aos interesses de classe. Mas os governos constitucionais e a retórica da lei tinham penetrado tão profundamente nas atitudes e no estilo da *gentry* que, embora esta última se encontrasse submetida a uma pressão muito forte dos movimentos plebeus, tinha a escolha entre destruir sua própria imagem e abandonar suas posições tradicionais (representações ideológicas e sistema de práticas ao mesmo tempo), produto de 250 anos de existência, recorrendo à imposição direta da força, ou aceitar uma modificação daquela estrutura de dominação e tentar manter suas posições de poder nesse novo quadro¹³.

(*ibidem*, pp. 209-210).

O autor, nesse sentido, realiza um movimento de buscar no concreto as chaves teóricas para erigir uma teoria da história e, mais do que isso, para constituir propostas de ação política. Sem perder de vista aspectos importantes do método marxista, como a existência de classes antagônicas e de exploração do trabalho, busca colocar esses elementos à prova da história concreta da formação da classe operária na

Inglaterra.

3.A polêmica metáfora sobre a relação entre base, superestrutura e consciência social para Mészáros

O método marxista lega o dimensionamento de que a sociedade burguesa é uma totalidade concreta. Totalidade, porque não há o que esteja desconectado ou solto em relação ao campo da estrutura social e da ideologia. Concreta, porque se desenvolveu de uma determinada forma, histórica, com atores e instituições localizados no tempo e no espaço, que condicionam materialmente o terreno e a gramática das lutas sociais.

Nas palavras de José Paulo Netto, tem-se uma totalidade de “máxima complexidade”, composta, por sua vez, por totalidades de “menor complexidade” (NETTO, 2011, p. 56). A sociedade burguesa não é algo como uma “totalidade amorfa”; pelo contrário, é estruturada e articulada, com uma dinâmica específica, contraditória, com sistemas de mediação que articulam os “complexos de complexos”¹⁴ (*ibidem*, p. 57).

A estruturação da sociedade burguesa é apresentada por Marx da seguinte forma, ao resumir estudos realizados no ano de 1857, no Prefácio da obra *Contribuição à Crítica da Economia Política*, em parte já citado:

Na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de

produção, que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência. (MARX, 1989, p. 28).

Este breve trecho possui uma importância histórica incomensurável. É enorme sua contribuição para a teoria do pensamento econômico e social. Os debates em torno dele, no entanto, configuram uma espécie de problema teórico à parte, em razão da dimensão das divergências que se seguiram. Alguns de seus aspectos polêmicos serão a seguir expostos.

Ao utilizar a metáfora da base e superestrutura, Marx busca trabalhar uma forma didática de explicação da relação entre econômico e político¹⁵. Afirmar, para tanto, que homens e mulheres “produzem sua própria vida”, mas não como querem. Isto é: há ação humana, no entanto, essa ação não surge apenas da vontade “pura” daqueles que agem¹⁶.

Trata-se, justamente, do problema da consciência. Inseridas em uma totalidade concreta, as pessoas relacionam suas necessidades com

as condições objetivas de vida. Isto é: buscam comer, vestir, morar, ter algum lazer etc. Essa busca pelas condições de vida não é uma “vontade fora da história”, marcada por escolhas meramente individuais e abstratas. Em sentido oposto, a consciência e as vontades dos indivíduos são condicionadas pelo seu lugar no interior de uma dada formação social.

Essas afirmações são recheadas de generosa simplicidade. Ainda assim, sofrem acusações de todo tipo, no geral oriundas de má-fé ou distorção. Veja-se, por exemplo, a posição de Worsley:

A imagem de base e superestrutura é uma imagem, uma metáfora que usa analogias extrassociais para descrever arranjos sociais. Todas as imagens desse tipo, qualquer que seja seu valor em esclarecer o assunto, são também profundamente deformadoras. A sociedade não é uma máquina; não é um organismo, nem segue sequências de gestação e nascimento (imagem obstétrica predileta de Marx) ou de declínio e morte. [...] O modelo repousa na suposição de que a base econômica é material. Ela não é. [...] A organização de produção envolve a interiorização de, ou pelo menos a obediência a, normas de comportamento [...], normas de produção e condições de trabalho. Mas o sistema como um todo repousa sobre conceitos ainda mais fundamentais: do direito de algumas pessoas de possuírem os meios de produção e se apropriarem do produto. (WORSLEY apud MÉSZÁROS, 2011, p. 71).

As objeções à metáfora base/superestrutura difundem-se também no interior do campo

marxista. O reducionismo é tomado como o principal fator. Segundo Ellen Wood, a utilização dessa metáfora daria causa a dois simplismos: primeiro, de negativa de possibilidade de ação humana; segundo, de impossibilidade de atribuir um local adequado a “fatores ‘superestruturais’, à consciência tal como incorporada na ideologia, na cultura ou na política” (WOOD, 2006, p. 51).

A autora destaca duas tradições teóricas que buscaram enfrentar esse problema, sem recair em um “economicismo cru” ou “humanismo marxista”. De um lado, o marxismo estruturalista de Althusser; de outro, Edward Thompson, já mencionado na seção anterior.

Conforme Wood, a proposta de Althusser foi de ênfase na análise das determinações estruturais, dissociando-as da história. O autor excluiu dessa ênfase os “vagares da ação humana” e incluiu, ao mesmo tempo, a “especificidade imprevisível da realidade histórica”. Seu aparelho conceitual encoraja uma separação entre econômico, social e histórico, geralmente identificando o econômico ao tecnológico. Não foi raro, desse modo, que estruturalistas, influenciados pelo autor, buscassem no determinismo tecnológico “o dinamismo histórico ausente de sua visão do mundo caracterizada por uma série de estruturas estáticas descontínuas e fechadas em si mesmas”¹⁷ (*ibidem*, p. 52).

Edward Thompson apresenta sínteses mais

sofisticadas, como descrito anteriormente.

Conforme destaca Ellen Wood, é possível ler o autor de diferentes formas. Por exemplo, na escolha entre o “economicismo cru” e o “humanismo marxista”, Thompson apresenta-se como um “comunista para quem as leis econômicas dão lugar à vontade e à ação humana arbitrárias” (*ibidem*, p. 53). Já no debate entre althusserianos e culturalistas, “ele é um culturalista – talvez o primeiro deles – para quem determinações estruturais se dissolvem na ‘experiência’” (*idem, ibidem*).

Contemporaneamente, uma importante alternativa a essas tradições é representada pelo complexo, denso e rigoroso legado de István Mészáros. O marxista húngaro realiza uma defesa firme da metáfora que divide base e superestrutura, em especial a partir dos próprios textos de Marx¹⁸. Conforme afirma Mészáros, um dos simplismos que costumeiramente são atribuídos a Marx é, na verdade, uma distorção de interpretação.

Para ele, uma leitura atenta deixa claro que há três objetivos de Marx com essa metáfora, quais sejam, primeiro, “focar-se na distinção em si [entre base e superestrutura], enfatizando a importância vital de manter constantemente em mente as diferenças qualitativas nela implícita” (MÉSZÁROS, 2011, p. 40); segundo, “insistir que a superestrutura não pode ser determinada com a mesma precisão que a estrita ‘transformação

material das condições econômicas de produção” (*idem, ibidem*); e terceiro, “indicar que há uma interação dialética entre a superestrutura e a base material – e que, portanto, ambas afetam uma à outra de maneira profunda, assim constituindo conjuntamente um todo orgânico” (*idem, ibidem*).

Não se trata, portanto, de uma fórmula mágica, mas de uma metáfora, um símile explicativo¹⁹. Sua apreensão possibilita visualizar as múltiplas dimensões em interação, suas diferenças, sua complexidade:

Em contraste com todas as visões fetichistas de ciência e seus modelos grosseiros de causalção – que equiparam a determinação social com a necessidade de uma ciência natural mecânica (daí sua noção de “inevitabilidade histórica”) e com isso levam ao reducionismo, mesmo quando não motivado por hostilidade ideológica –, é importante apreender a “causalção social” preservando a grande complexidade das determinações envolvidas em suas múltiplas dimensões em interação. A teoria marxiana de base e superestrutura visa pôr em relevo tais dimensões, qualitativamente diferentes, e suas complicadas inter-relações, em vez de fornecer uma fórmula mágica para trazer tudo para o mínimo denominador comum, como fazem algumas interpretações enquanto tentam encontrar atalhos inadmissíveis. (*ibidem*, p. 44).

A relação dialética entre base e superestrutura possibilita algumas análises importantes. Destacam-se, entre elas, as seguintes conclusões:

(i) em contraste a todo “relativismo histórico”, “o

complexo social é definido como um todo rigorosamente articulado”, com hierarquias internas (*ibidem*, p. 50);

(ii) a ideia de reflexo entre base e superestrutura deve ser entendida no interior de uma compreensão “flexível e historicamente articulada de hierarquias estruturais, não como uma determinação ‘estática’, estabelecida de uma vez por todas numa ordem ‘mecânica’ das coisas” (*idem*, *ibidem*);

(iii) deve-se dar ênfase à ideia de “origem”, e não à de “desenvolvimento” dos complexos superestruturais a partir das determinações materiais básicas da vida social (*ibidem*, p. 51);

(iv) a possibilidade de superação socialista da sociedade atual alicerça-se sobre a “autonomia relativa” do político, sem a qual se tornam incoerentes quaisquer disputas nesse terreno (*idem*, *ibidem*).

Entre essas afirmações, sublinhe-se o seguinte trecho do autor húngaro:

Os complexos superestruturais – do direito e da política à arte e moralidade – somente se ‘originam’ [...] nas determinações materiais básicas da vida social, mas nem sempre permanecem ‘diretamente’ dependentes delas; daí a possibilidade de sua relativa ‘autonomia’ e, em grande medida, desenvolvimento independente com respeito às determinações materiais originais; tentar dar um sentido a cada nuance ou permutação superestrutural particular nos termos das determinações materiais dadas é, portanto, bastante absurdo. (*ibidem*, p. 50).

Nesse ponto, é necessário retomar brevemente alguns elementos, dar a eles sistematização, buscar dimensionar os campos abertos com as diferentes afirmações. De forma resumida, Mészáros não só afirma que a metáfora base/superestrutura não é reducionista. Defende a metáfora, mas não apenas isso: busca utilizá-la, explorar as possibilidades didáticas que ela oportuniza, ao colocar em relevo aspectos da superestrutura política e jurídica que dificilmente seriam abordados por uma posição meramente “estruturalista”, “economicista” ou mesmo “culturalista”.

Os aspectos postos em relevo por Mészáros não apenas refutam com rigor alguns campos antimarxistas, como o positivismo de K. Popper²⁰. Mais do que isso, eles possibilitam uma compreensão matizada das diferentes determinações que agem no interior da superestrutura jurídica e política, o que é de todo relevante para este trabalho.

Trata-se de uma compreensão em que há uma abertura radical da história. Essa abertura não é abstrata: tem como fundamento o fim aberto do trabalho, como categoria ontológica do ser social. Segundo o autor, este fim se caracteriza como uma teleologia, cuja preocupação central dá-se “com a forma pela qual o ser humano – esse único ‘ser intermediador da natureza’ – cria e desenvolve a si próprio por meio de sua atividade produtiva dotada de propósito” (*ibidem*, p.

55).

Há três características principais da abertura radical da história, para além da natureza ontológica fundamental do trabalho e da relação automeciadora que ele proporciona entre o homem e a natureza. São elas (a) a percepção de que o propósito do processo de trabalho é sempre parcial, constituindo uma totalização sem totalizador (*ibidem*, p. 56); (b) a permanente presença estrutural das determinações materiais básicas no metabolismo social em mutação (*ibidem*, p. 58); e (c) a percepção de que qualquer aumento nos poderes da produção é, hoje, também um aumento nos poderes da destruição (*idem, ibidem*).

Quanto ao primeiro aspecto, afirma o autor:

De acordo com as características inerentes do processo de trabalho, o propósito almejado, em sua imediaticidade, só pode ser 'parcial' [...]. À medida que a multiplicidade de projetos teleológicos limitados é realizada no curso da atividade produtiva, prática, interligando e integrando os resultados específicos em um complexo geral mais ou menos coerente, de fato ocorre uma "totalização" de algum tipo. Contudo, trata-se de uma "totalização sem totalizador" e, portanto, os projetos parciais²¹ conscientes devem sofrer as consequências (negativas, inesperadas) de serem inseridos em um quadro geral "cego" que parece resistir a qualquer tentativa de ser controlado. (*ibidem*, p. 56).

Os projetos parciais de emancipação não estão

desconectados da economia e da política. As utopias oriundas da imediaticidade parcial, portanto, são inseridas em um quadro geral "cego"; o processo de trabalho, como um todo, possui algum tipo de "totalização" entre os diferentes microcosmos que lhe dão origem. Essa totalização não possui um "totalizador", no entanto, o que resulta no desvio e na distorção dos projetos parciais .

Em outras palavras, o impulso permanente à inquietação social dos de baixo²², motivado pela latência das determinações estruturais, possui uma interdependência específica com o caráter parcial da teleologia do trabalho e o caráter destrutivo de todo avanço produtivo²³. Essa interdependência leva à conclusão de que a consciência social não se dá em abstrato: ela é forjada no interior de um controle global, bem como de rígidas restrições estruturais.

As rígidas restrições não são abstratas. Não são apenas "falsa consciência" . Pelo contrário, elas operam a inter-relação tripla do complexo social vital, que se dá entre base, superestrutura jurídica e política e consciência social. Nessa operação, há um papel preponderante cumprido pelo Estado, que se destaca na atual fase descendente do capitalismo. Afirma Mészáros:

Conforme já mencionado, no curso do desdobramento histórico do sistema do capital, a superestrutura jurídica e política assumiu um papel cada vez mais preponderante. A fase atual do im-

perialismo hegemônico global é a manifestação mais extrema disso, marcando, ao mesmo tempo, o fim de uma estrada, por enquanto praticável, mas mais a longo prazo absolutamente insustentável, dada a relação de forças ainda prevalecente, na qual alguns países com população maciça e potencial militar equivalente, inclusive a China, são marginalizados. Afinal, nada poderia ser mais preponderante em termos de sua dominação de todos os aspectos da vida social – desde as condições elementares da reprodução material e seu grave impacto na natureza até as formas mais mediadas de produção intelectual – do que um Estado que direta e indiretamente ameaça o todo da humanidade com o destino da autodestruição. (*ibidem*, p. 150).

É em tudo contrário à ideia de que o Estado é “mero reflexo” da base econômica a compreensão de que ele cumpriu diferentes papéis nas fases ascendente e descendente do capitalismo. Na fase ascendente do desenvolvimento do capital, o Estado cumpria o papel de “coesão”:

Na fase ascendente do desenvolvimento do capital, o remédio oferecido para o defeito estrutural da centrifugalidade das unidades reprodutivas materiais particulares – por meio do Estado fornecendo a dimensão *coesiva* ausente na forma de uma estrutura de comando político geral extremamente dinâmica – *melhorou objetivamente* as potencialidades expansionistas do sistema em sua totalidade. Paradoxalmente, o apetite crescente do Estado pela apropriação de quantidades significativas de recursos, no interesse de sua própria ampliação, foi, por um longo período histórico, uma parte integrante desse dinamis-

mo reprodutivo, posto que foi benéfico para a expansão material interna, bem como para a extensão global da ordem social metabólica do capital. (*ibidem*, p. 153, grifos do autor).

Já na fase descendente de desenvolvimento do capital, o Estado cumpre um papel preponderante em um sentido cada vez mais intervencionista, inclusive no terreno militar. Trata-se, assim, da imposição do desperdício e da destrutividade:

Em contraposição, na fase descendente do sistema do capital, os constituintes em última análise incuravelmente *negativos* desse tipo de envolvimento *imperativo* do Estado e a transformação correspondente da reprodução societal tornaram-se sempre mais dominantes, e, com respeito aos crescentes desperdício e *destrutividade*, totalmente insustentáveis mais a longo prazo. Impor tal desperdício e destrutividade sobre a sociedade sob as circunstâncias hoje prevalecentes, enquanto se deixa de lado toda preocupação com as consequências, seria impossível sem o papel mais ativo, e muitas vezes diretamente autoritário, do Estado capitalista. O anteriormente mencionado intervencionismo direto, em escala crescente, do Estado na economia, e o aventureirismo militar progressivo, justificado sob falsos pretextos, são as necessárias manifestações das contradições subjacentes. É por isso que a transformação radical da superestrutura jurídica e política é um requisito vital para a constituição de uma alternativa hegemônica historicamente sustentável ao sistema do capital. (*idem, ibidem*, grifos do autor)

Em síntese, o autor húngaro matiza a metáfora base/superestrutura. Destaca seu caráter dialético, bem como seus correspondentes no campo da ideologia, dos discursos, da consciência social. Busca historicizar a forma como essas relações se constituíram e, também, as hierarquias que nelas se concretizaram. Estabelece, portanto, um terreno de problematizações que permitem uma compreensão aprofundada das movimentações que ocorrem no campo da consciência social e das ideologias a ela correspondentes.

4. Considerações finais

É necessário transformar radicalmente a sociedade em que vivemos. Para tanto, é necessário compreendê-la, mas não como uma reflexão solipsista, e sim com vistas à construção de uma práxis coletiva e com influência sobre a consciência social. Trata-se da relação entre conhecimento e política, aspecto relevante para Marx e para a tradição que dele decorre.

Neste trabalho, afirmou-se o materialismo histórico como horizonte consistente de investigação científica. Assentaram-se, para tanto, algumas categorias centrais dessa forma de investigação, como a primazia do econômico e a concepção materialista dialética de história. A abertura radical possibilitada pela categoria história, em Marx, será sempre dependente das classes sociais cujo antagonismo oportuniza o cenário em que se desenvolvem as lutas políticas e sociais

e, também, um certo posicionamento da forma jurídica.

Nesse sentido, releva-se importante a reflexão sobre a posição do direito no campo de visibilidade do materialismo histórico. Contextualizada a polêmica em torno da metáfora base econômica, superestrutura jurídica e política e consciência social, problematizaram-se as posições de Ellen Wood, Althusser, Thompson e Mészáros. Esta última oportuniza a reflexão acerca da tripla relação social que se estabelece no complexo vital, com especial enfoque à matização possível à superestrutura, em sua relação tanto com a base econômica quanto com a consciência social e a ideologia de maneira geral.

Pode-se afirmar, com efeito, que a referida metáfora está longe de se apresentar como uma posição “determinista” em Marx. Em outro sentido, a análise exegética do texto marxista, ela mesma, já autoriza uma apreensão radicalmente oposta. Soma-se a ela a compreensão de história e política em Marx, cruzamento que revela não um contraste entre um marxismo determinista e um marxismo cultural, mas sim um marco teórico amplamente complexo, cuidadoso e compromissado com as lutas sociais, com forte relação entre a busca por um conhecimento rigoroso e a construção de uma política contextualizada histórica e economicamente.

Bibliografia

BIANCARELLI, André. “Riscos na travessia? O financiamento externo e os desafios futuros da economia brasileira.” In: Ipea. Desafios para o desenvolvimento brasileiro. Brasília, 2011.

CARLEIAL, Liana Maria da Frota. Acumulação capitalista, emprego e crise: um estudo de caso. São Paulo: IPE/USP, 1986.

CODATO, Adriano Nervo & PERISSINOTTO, Renato Monseff. “O Estado como instituição: uma leitura das ‘obras históricas’ de Marx.” Disponível em: http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo790irenato.pdf. Acesso em: 10 out. 2013, p. 24.

FEUERBACH, Ludwig. Princípios da Filosofia do Futuro. Coviilhã: Universidade da Beira Interior, 2008.

FONTES, Virgínia. Reflexões Impertinentes. História e capitalismo contemporâneo. 1. ed. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005.

_____. O Brasil e o capital-imperialismo – teoria e história. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2010.

FORTES, Alexandre; NEGRO, Antonio Luigi & FONTES, Paulo. “Peculiaridades de E. P. Thompson”. In: THOMPSON, E. P. As peculiaridades dos ingleses e outros ingleses. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

LOWY, Michael. As Aventuras de Karl Marx Contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. São Paulo: Cortez, 2009.

MARX, Karl. Miséria da filosofia. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1982.

_____. As lutas de classes na França. São Paulo: Global, 1986.

_____. Para a crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultura, 1987.

_____. “Tese sobre Feuerbach”. In: GIANOTTI, José Artur. (Org.). Marx. V.1. São Paulo: Abril Cultural, 1987.

_____. Contribuição à Crítica da Economia Política. Tradução de Florestan Fernandes. São Paulo: Ed. Mandacaru, 1989.

_____. Grundrisse. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. A sagrada família - ou a crítica da crítica crítica: contra Bruno Bauer e consortes. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, István. Estrutura social e formas de consciência II - A dialética da estrutura e da história. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. Para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2003.

SADER, Emir Simão. Estado e Política Em Marx. São Paulo: Cortez, 1993.

SCHLESENER, Anita Helena. Hegemonia e cultura: Gramsci. Curitiba: Editora UFPR, 2007, 3ª edição.

THOMPSON, Edward Palmer. “Algumas observações sobre classe e ‘falsa consciência’.” In: As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

_____. “Modos de dominação e revoluções na Inglaterra.” In: As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

Notas

1. Entretanto, a importância da concepção de história em Marx ultrapassa essas obras. Veja-se por exemplo, a riqueza das considerações a respeito das diferentes formas de apropriação (termo que substitui o anterior, “modos de produção”) na obra dos Grundrisse (2011).

2. Em “Princípios da Filosofia do Futuro”, afirma Feuerbach sobre Hegel: “No pensamento sou um sujeito absoluto; considero tudo exclusivamente como objeto ou predicado do ser pensante que sou; sou intolerante. Na atividade dos sentidos, ao contrário, sou liberal; permito ao objeto de ser o que eu próprio sou: um sujeito, um ser real que se manifesta. [...] Somente é verdadeiro e divino o que não tem necessidade de prova, o que é imediatamente certo por si mesmo, que fala por si e convence imediatamente, que arrasta imediatamente a afirmação de sua existência, o que é claro como o dia. Ora, somente o sensível é claro como o dia. É somente lá, onde o sensível começa, que chegam ao fim todas as dúvidas e todas as disputas. O segredo do saber imediato é a qualidade sensível. Tudo é mediado, diz a filosofia hegeliana. Mas algo só é verdade se cessa de ser um mediado para tornar-se um imediato [...]. A verdade que se mediatiza é ainda a verdade contaminada pelo seu contrário” (FEUERBACH, 2008, p. 56).

3. Como mencionado, apresenta-se a concepção materialista de história, de forma mais filosófica, na obra A Ideologia Alemã; de forma mais política, em O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte. Entretanto, é importante registrar que Marx era um autor anterior à departamentalização do conhecimento, ou seja, não buscava separar “obras filosóficas” e “obras históricas”.

4. Afirma Emir Sader: “Quando os rumos da mercadoria se imprimem a toda a estrutura social, o campo de ação do político muda: de um lado, ele continua a se ligar às formas

não-capitalistas de apropriação, no grau em que as condições de acumulação primitiva não tiverem sido preenchidas. De outro lado, o político abrange as relações propriamente capitalistas, onde a produção de classes sociais contraditórias e as dificuldades de reprodução social das relações sociais abrem o novo campo de relações de conflito que corresponderá ao capitalismo. No primeiro nível, teríamos os fenômenos pré-capitalistas e, no outro, os que se produzem pelo desenvolvimento do próprio capitalismo, caracterizado pelas crises. A 'lei de desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo', inerente ao sistema, encarregou-se de eliminar a distância histórica entre os dois planos, fazendo de uns fenômenos requisitos de existência dos outros, sob a forma do subdesenvolvimento e/ou colonialismo e mundo desenvolvido. A 'etapa imperialista' corresponde à interligação dos dois planos, fazendo os destinos do capitalismo decidirem-se cada vez mais no nível político, pois as possibilidades de reprodução do sistema fazem apelo a formas não-econômicas de apropriação" (SADER, 1993, p. 52).

5. “Os pressupostos de que partimos não são pressupostos arbitrários, dogmas, mas pressupostos reais, de que só se pode abstrair na imaginação. São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas como as produzidas por sua própria ação. Esses pressupostos são, portanto, constatáveis por via puramente empírica” (MARX, 2007, pp. 86-87).

6. “A história deixa de ser uma coleção de fatos sem vida, como os empiristas a apresentam, ou a ação imaginária de sujeitos imaginários, como apresentada pelos idealistas” (MARX, 2007)

7. Marx rejeita a contemplação de Feuerbach na famosa obra “Teses sobre Feuerbach”, em sua XI indicação: “Os filósofos se limitaram a interpretar o mundo diferentemente, cabe transformá-lo” (MARX, 1987, p. 11).

8. Cite-se, apenas exemplificativamente, que Marx privilegia na análise do político uma espécie de “periodização” da luta de classes. Isto é, dá primazia à análise da correlação de forças e da luta de classes não apenas na esfera do político, mas também nas esferas do ideológico, do econômico, do social. Mais, que complexifica a noção de classes sociais: embora haja o antagonismo fundamental entre proletariado e burguesia, há frações no interior de cada classe, com interesses particulares distintos.

9. Como afirma Sader: “A desaparecimento da Monarquia Constitucional marcava também a desaparecimento do Estado como um poder arbitrariamente oposto à sociedade. Ele ressurgiu dentro do papel que a revolução burguesa lhe atribuiu: unificador de todas as classes sociais. [...] O sufrágio universal é o instrumento que legitima essa função” (SADER, 1993, p. 66).

10. Assim, apesar de Bonaparte representar em grande medida o campesinato, ele acaba por colaborar no domínio

indireto da burguesia, que em última instância prossegue com seu domínio econômico assegurado, justamente por ter aberto mão do domínio político. Ou seja, em que pese essa determinação em última instância, é equivocado mencionar o político como mero reflexo, mecânico, do econômico. Nem sempre a classe dominante no cenário econômico será dominante no cenário político, ainda que seus interesses sejam por ele assegurados.

11. Em outras palavras, categoria explicativa que permite ou simplifica a descoberta de algo.

12. “O erro não está em estabelecer essas relações, mas em sugerir que as ideias ou os acontecimentos são, por sua natureza, redutíveis ao contexto causal que os explica. É preciso levar a sério a autonomia dos acontecimentos políticos ou culturais que são, todavia, em última análise, condicionados pelos acontecimentos ‘econômicos’” (THOMPSON, 2012, p. 207).

13. THOMPSON, 2012, pp. 209 e 210.

14. A expressão “complexo de complexos”, utilizada por Netto, é parte da formulação de G. Lukács.

15. Com base nesse trecho, Mészáros destaca haver uma inter-relação tripla característica desse complexo social vital: “Nesse sentido, primeiro, temos as ‘relações de produção’ que constituem a ‘estrutura econômica da sociedade, a base real’. Segundo, sobre essa base real ‘se eleva uma superestrutura jurídica e política’. E o terceiro fator essencial é constituído pela múltipla variedade das ‘formas ideológicas’ que entram em cena como ‘formas sociais determinadas de consciência’ e, como tais, ‘correspondem à superestrutura jurídica e política’” (MÉSZÁROS, 2011, p. 127).

16. Sobre as diferenças entre a concepção de Weber e de Marx a respeito de ação coletiva e consciência coletiva: “Para Weber, ‘não existe algo como uma ‘personalidade coletiva’ que ‘age’ [...], ‘somente’ há um certo tipo de desenvolvimento das ações reais ou possíveis de pessoas individuais’. Dado o fato de que a preocupação de Weber é a ‘compreensão subjetiva da ação dos componentes individuais’, no interior de seu quadro conceitual as ‘coletividades devem ser tratadas unicamente como resultantes e modos de organização dos atos particulares de pessoas individuais, posto que estas, sozinhas, podem ser tratadas como agentes em um curso de ação subjetivamente compreensível’” (MÉSZÁROS, 2011, p. 69).

17. WOOD, 2006, p. 52.

18. “Nesse sentido, ‘base e superestrutura’, ‘reflexo’ [reflection] e até mesmo ‘ação recíproca’ representam dificuldades intransponíveis se tomadas ‘de maneira literal’, como, infelizmente, parece ser o caso com bastante frequência. Pois, em sua imediatividade, eles são apenas ‘símiles’ (na linguagem cotidiana, também descritos como ‘metáforas’) cuja tradução conceitual direta é – necessariamente – unilateral, senão de

todo mecânica” (MÉSZÁROS, 2011, p. 45).

19. “Metodologicamente, em todos esses casos as distorções não surgem simplesmente das imagens restritivas em si, mas do uso que é feito das imagens particulares. Símbolos e analogias não podem deixar de ser o que são, e até mesmo os melhores deles estão fadados a falhar mais cedo ou mais tarde. Tampouco é concebível que se possa prescindir deles. Afinal, é uma característica inerente do processo de pensamento em si que ele proceda por estágios, exigindo diversas somas provisionais antes que o fim almejado possa ser atingido. Essas somas, por sua vez, representam ‘platôs’ progressivamente mais altos ou ‘acampamentos de base’ a partir dos quais o último ataque ao ponto mais alto escolhido pode ser eventualmente tentado. Enquanto tais, as somas provisionais não carregam o significado da iniciativa em si, apenas o de sua necessária instrumentalidade” (MÉSZÁROS, 2011, p. 46).

20. Ao comentar uma “refutação” de Popper ao marxismo, assim afirma Mészáros: “Como podemos ver, toda a ‘refutação’ parte da invenção de um boneco de palha [straw-man] que depois pode ser nocauteado ou ‘aniquilado’ com a maior facilidade. Esse prestativo boneco de palha é produzido pela substituição do complexo modelo dialético de base e superestrutura por uma caricatura absolutamente reducionista, segundo a qual as ideias ‘não passam de subprodutos de desenvolvimentos materiais’” (MÉSZÁROS, 2011, p. 41).

21. O controle consciente sobre o metabolismo social só é possível no atual estágio do capitalismo. Em um estágio primitivo do desenvolvimento social, a “teleologia do trabalho é restringida de maneira irremediável pela imediatez bruta e sua atividade postulada como severamente confrontada e, em ampla medida, diretamente dominada pela natureza” (MÉSZÁROS, 2011, p. 57.) Isto é, o controle consciente, hoje potencialmente possível, antes não era sequer uma questão. Já hoje: “[...] [enquanto] o caráter parcial da teleologia original do trabalho, a latência permanente das determinações materiais básicas na ontologia do ser social e a inseparável dimensão destrutiva de todo avanço produtivo – só são passíveis de uma solução consciente, parece não haver saída do dilema que essa solução nos apresenta, uma vez que a consciência social em si, como manifesta em toda a história humana que nos é conhecida, é severamente afetada e prejudicada pelas determinações predominantes de seu próprio fundamento: a base material da sociedade” (ibidem, p. 61, grifos do autor).

22. “Inquietação social dos de baixo” é um termo cunhado por Ruy Braga, apropriando-se de expressão gramsciana para explicar as motivações do precariado brasileiro.

23. Sobre a produção destrutiva, já alertava Rosa Luxemburgo: “No desenvolvimento das forças produtivas advém uma fase em que surgem forças produtivas e meios de intercâmbio que, no marco das relações existentes, causam somente malefícios e não são mais forças de produção, mas forças de destruição. [...] Chegou-se a tal ponto, portanto, que

os indivíduos devem apropriar-se da totalidade existente das forças produtivas, não apenas para chegar à autoatividade, mas simplesmente para assegurar a sua existência” (LUXEMBURGO apud MÉSZÁROS, 2011, p. 17).

24. Sobre a ideia de verdade, veja-se: MÉSZÁROS, 2011, p. 142ss..